

Eles não governam para nós!



Faz alguns anos, a presidente Dilma Rousseff (PT) lançou um pacote de medidas voltado para isenções concedidas ao empresariado que incluía a desoneração da folha de pagamento – e representava menos dinheiro nos cofres da Previdência Social.

A proposta foi aprovada e ampliada no Congresso Nacional com apoio dos partidos aliados – como PT, PMDB, PCdoB e PTB – e da chamada oposição conservadora – PSDB e DEM, entre outros. À época, nenhum deles se lembrou de dizer que a Previdência é deficitária, como insistem em bradar quando o que está em questão são direitos dos trabalhadores.

Agora, esse suposto déficit volta à tona para justificar novas medidas – que podem se somar aos cortes já aprovados, como a pensão por morte de conjugue. O governo da presidente Dilma Rousseff prepara a terceira reforma da Previdência e já sinaliza com mudanças que podem levar uma mulher trabalhadora que entre para o mercado de trabalho jovem a ter que trabalhar por até mais 19 anos para se aposentar. Querem impor a idade mínima no setor privado e ampliar a que já existe no serviço público.

Outra vez, a proposta une os setores políticos da situação e os da oposição conservadora, chamada de golpista pelos governistas apenas quando agem contra o mandato da presidente, mas parceiros nas medidas contra os trabalhadores no Congresso Nacional.

Impressionou a voracidade com

que esse governo – tão empenhado em agradar ao mercado financeiro e os donos do capital – investiu contra os servidores do Judiciário e do MPU que lutavam no ano passado para derrubar o veto da presidente ao reajuste salarial (PLC 28).

Essa política é reproduzida nos estados pelos governos do PSDB, do DEM, do PMDB. Assim como o déficit da Previdência só existe quando se quer ceifar direitos, a crise econômica só é determinante quando se quer impor perdas aos trabalhadores, aos serviços públicos e às camadas da população que não integram as elites.

Somos nós, trabalhadores, que estamos pagando pela crise. Enquanto eles se lambuzam e locupletam em um mar de corrupção, mas sempre tendo como norte favorecer ao capital. O fundo do poço parece estar perto quando observamos servidores nos estados com salários atrasados e benefícios cortados. Ou universidades e hospitais públicos fechando as portas em decorrência do 'ajuste fiscal', adotado a ferro e fogo para que os juros e as amortizações das dívidas públicas – bombadas pelas maiores taxas de juros do mundo – sejam religiosamente pagos, mesmo que ao custo de vidas.

E a presidente Dilma ainda veta a auditoria nessas dívidas aprovada no Congresso Nacional – algo, aliás, que está previsto na Constituição Federal e não é cumprido. Dívidas que abocanham quase metade do orçamento público da União. E que fazem a festa do mercado financeiro.

Em meio a tudo isso, e se aproveitando da imensa insatisfação da po-

pulação com esse governo, setores reacionários defendem o impeachment da presidente. Mas as lideranças desse movimento só têm olhos para a corrupção e os problemas de um lado. Calam-se com relação aos escândalos que envolvem o PSDB, o DEM e o próprio PMDB. Flertam com Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o presidente da Câmara que vergonhosamente se mantém no cargo apesar de ter mentido sobre contas ilegais no exterior.

É a esse Congresso tão corrompido e presidido por parlamentares investigados pelo Ministério Público que tais setores reacionários querem entregar a decisão sobre o futuro da presidente Dilma – como se tivessem moral para decidir sobre isso.

Reunida, a diretoria colegiada do Sintrajud refletiu sobre o quadro atual econômico, social e político do país. E se posicionou favoravelmente à campanha pela saída de todos eles do poder. Fora governos do PT, PMDB, PSDB, DEM etc. Fora Dilma, Cunha, Renan, Aécio... Não é possível confiar em nenhum deles. Todos tomaram decisões ou se envolveram em escândalos que justificam a revogação de seus mandatos por força da vontade popular.

A direção também se posicionou a favor da construção de uma greve geral que una o conjunto dos trabalhadores para que afirmemos de forma uníssona que não aceitamos pagar pela crise com a perda de direitos, a corrosão dos salários, as demissões, as privatizações, os ataques à aposentadoria, à saúde, à educação e aos serviços públicos em geral.

Essas posições da diretoria, defi-

nidas de forma unânime na reunião, serão levadas aos fóruns de base da categoria. Temos, obviamente, consciência de que nada disso é fácil ou simples. Mas consideramos que o nosso posicionamento pode ajudar a construir políticas e movimentos nesse sentido, que questionem os que ocupam as esferas do poder público, e defendam que são eles e os grandes empresários – parceiros nos escândalos e nas medidas contra os trabalhadores – que devem pagar pela crise.

Nenhum governante ou ocupante de cargo público eleito é 'imexível'. Todos podem e devem ser questionados quando não atendem mais aos que os elegeram, quando governam contra o povo e os trabalhadores. Construir esse movimento e defender a busca de governos controlados pelos trabalhadores é também uma forma de enfrentar os ventos conservadores que tentam crescer nesse momento. E de buscar unir os trabalhadores na defesa de seus direitos, ameaçados pelos projetos que fazem do governo e da oposição tucana aliados.

Essa luta mais geral é indissociável das questões específicas pelas quais lutamos, como a campanha pela reposição salarial, que será motivo de manifestações no Judiciário e no MPU no dia 25 próximo. Aliás, parece evidente que o apoio de determinados setores sindicais nacionais à Dilma, no ano passado, contribuiu em muito para que o governo impedisse a derrubada do veto ao PLC 28 no Congresso. São reflexões que fazemos e queremos levar ao conjunto dos servidores.

Governo tenta salvar Funpresp com adesão automática

Quem não quiser fazer parte do Fundo tem 90 dias para cancelar inscrição e receber de volta os valores descontados

Servidores que ingressaram no serviço público federal a partir de 5 de novembro do ano passado estão automaticamente inscritos no Funpresp (Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal). Isso é o que determina uma lei federal que entrou em vigor naquela data: a Lei nº 13.183/2015, sancionada pela presidente Dilma Rousseff (PT) como resultado da conversão da Medida Provisória nº 676/2015.

Antes, cabia ao servidor a iniciativa de aderir ao Funpresp, ao passo que agora ele é automaticamente inscrito. Quem não quiser fazer parte do Fundo deve pedir o cancelamento da adesão. Para receber de volta o valor descontado dos salários, esse pedido tem de ser feito no prazo de 90 dias depois da posse.

A MP 676 alterava regras do fator previdenciário, mas uma manobra articulada pelo governo acabou incluindo no texto a adesão automática dos novos servidores ao Funpresp.

O objetivo é reverter o fracasso de público do fundo de pensão:

dos cerca de 60 mil servidores que ingressaram no funcionalismo federal desde a regulamentação do regime complementar de previdência, apenas 15% haviam aderido ao Funpresp até o final do ano passado.

Riscos

Especialistas têm alertado para os riscos desse tipo de regime previdenciário, já que as contribuições são definidas, mas não os benefícios a serem recebidos como pensão ou aposentadoria. Os valores descontados dos salários dos servidores são aplicados por empresas privadas no mercado financeiro, sem garantia de retorno.

O Sintrajud orienta os servidores do Judiciário Federal a rejeitarem o Funpresp-Jud, fundo criado especificamente para a categoria. O Sindicato também recomenda aos servidores que tomaram posse a partir de 5 de novembro do ano passado para solicitarem o cancelamento da adesão dentro do prazo de 90 dias desde a posse, a fim de receber de volta o valor das contribuições.



Informações sobre o processo dos quintos

No final de 2015 muitos servidores foram contemplados com os pagamentos dos precatórios dos quintos, depois de longa batalha judicial. Ainda existem valores em execução no processo (0000292-57.2004.403.6100),

tanto de algumas diferenças devidas como nos casos em que não houve o pagamento.

Esta ação foi ajuizada em 2004 e a sentença beneficiou os servidores filiados à época da propositura da ação. **Como o trânsito**

em julgado da decisão ocorreu em 02/03/2011, o Sindicato prepara uma ação de protesto para tentar obter a interrupção do prazo para a execução (cinco anos), objetivando evitar qualquer prejuízo aos servidores que estão na

demanda e que, porventura, não tinham informações necessárias para realização e/ou apresentação dos cálculos.

Os próximos andamentos do processo serão periodicamente divulgados.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Engraçado esse termo que há pouco foi inventado para classificar alguém como deficiente e não como intelectual incompleto. Já dizia Sócrates: "só sei que nada sei". Quanto mais procuramos saber, mais sabemos que somos ignorantes, ou seja, ignorantes de algo. Somos seres humanos, incompletos e estamos sempre aprendendo, sobretudo com os outros. A deficiência intelectual é risível se pensarmos que nós somos assim porque somos incompletos. Só há normalidade nisso, que é a condição normal da humanidade, a de ser incompleta. Vejamos alguns exemplos que nos remetem à arbitrariedades e déficit intelectual: o caso de se fazer oposição a quem se opõe à coisas erradas deste governo, sendo este o

detentor do Contrato Social.

Tem mais: tem gente por aí que governa o país e diz que não há inflação, corrupção em seu governo, crise alguma, ao mesmo tempo que penaliza ou controla a população, seu curral eleitoral e protege sua cúpula com regalias nesta política das conveniências acima da lei. Domina os 3 poderes, estes que deveriam ser passíveis das características inerentes ao Estado moderno, constitucionalista, republicano, enquanto segregam os segmentos basilares destes poderes e infiltra paraquedistas em cada cúpula. Outros dizem ainda que não há água, mas as políticas de racionamento tem justificado a ideia de se economizar água; mas tam-

bém tomar os poços dos pequenos particulares ao mesmo tempo que a empresa pública que fornece água vê-se na obrigação de cobrir seus prejuízos de baixo consumo, tornando mais cara a conta da água. (É, meus caros, ser herói por essas bandas nesses tempos não paga nem o salário do otário, vide mensalão).

Então está tudo resolvido: vamos fazer carnaval, falar de futebol, tomar banho de cerveja e refrigerante, porque isso não falta ou refletirmos o que está acontecendo, vivendo em uma nação onde há polícia para os interesses institucionais burgueses, traficante que protege os marginalizados obnubilados com todo aparato moderno de proteção do Estado moderno en-

quanto aprontam das suas, para que as elites justifiquem o pretenso combate a estes e para que não haja oposição a corrupção com tal serviço, aí temos também a imprensa burguesa que faz caricatura da pobreza, como se fosse um mal a ser combatido e não consertado e por fim, Comissão de ética sem ética na Comissão e Judiciário sem justiça na Justiça, questionando-se a existência de uma Justiça, já que não se fez justiça na Justiça. É... temos muitos "deficientes intelectuais, e o que foge à norma disso é normal, é ser de tal eficiência intelectual".

Rodrigo Carneiro O. Tieizmann
Técnico judiciário da JT Barra Funda

PASSIVO DOS 13,23%

Servidor ainda pode ingressar com ação

Veja como entrar na Justiça e garantir o direito à incorporação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)

Os servidores que ainda não receberam a incorporação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) de 13,23% podem entrar com ação judicial por meio do Sintrajud. Todos os trabalhadores do PJU têm direito à incorporação, mesmo os que acabaram de ingressar na carreira.

O Sindicato está entrando com ações individuais para quem ainda não garantiu o direito à incorporação ou não faz parte da ação coletiva ajuizada em 2007. Os filiados ao Sintrajud podem procurar o setor jurídico do Sindicato para mais informações pelo telefone 3222-5833. No *site* do Sintrajud está disponível o modelo da procuração a ser preenchida e assinada.

Servidores que ainda não são filiados e pretendem entrar com ação judicial para pleitear os 13,23%, podem aproveitar esse momento para fazer sua filiação.

Histórico dos 13,23%

O debate em torno da incorporação desse índice surgiu em 2003, quando o governo federal concedeu reajustes diferenciados aos servidores. A Lei 10.967 aplicou uma revisão geral nos salários do funcionalismo no patamar de 1%, a partir de janeiro daquele ano. Logo em seguida, a Lei 10.968 estipulou a concessão da vantagem pecuniária individual (VPI) de R\$ 59,87 a partir de maio.

O resultado prático de ambas as leis confronta a Constituição, pois não contemplou os servidores federais de forma igualitária. A VPI representava 14,23%

do menor vencimento do funcionalismo público federal na época (R\$ 420,66), mas as categorias com vencimentos superiores a esse valor não tiveram o mesmo percentual de reajuste.

Tal disparidade levou muitas entidades e servidores a ajuizarem ações para obter a aplicação do reajuste, inclusive retroativamente.

Batalha judicial

Em São Paulo, o Sintrajud ajuizou em 2007 uma ação que já teve decisão favorável na primeira e na segunda instâncias, mas ainda depende do julgamento de embargos.

Na via administrativa, o direito aos 13,23% já foi reconhecido, para ser pago a todos os servidores, no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Superior Tribunal Militar (STM), no TRE do Amazonas e no TRT do Rio Grande do Sul.

O TST também reconheceu o passivo administrativamente, mas apenas para servidores que ganharam ação judicial. Além disso, o Tribunal orientou os TRTs para que fizessem o mesmo. O TRT-2 começou a incorporar o índice à folha de pagamento desses servidores em janeiro do ano passado.

O Sintrajud também busca o reconhecimento administrativo nos três tribunais (Trabalhista, Eleitoral e Federal), além da via judicial, e exige o pagamento dos valores retroativos.



Documentos necessários

- **Declaração de hipossuficiência** preenchida, datada e assinada.* Essa declaração é necessária para requerer isenção de custas processuais, lembrando que fica a critério do juiz da causa a concessão da justiça gratuita (facultativa);
- **Procuração Ad Judicia** preenchida, datada e assinada*;
- **Ficha de Filiação** datada e assinada;
- Cópias simples de **RG, CPF e Carteira Funcional** – na mesma folha;
- **Comprovante de endereço**;
- **Cópia dos 3 últimos holerites**.

* Devem ser preenchidos separadamente e encaminhados pelo correio ou pessoalmente.

O documento de filiação, a procuração e a declaração de hipossuficiência devem ser preenchidos separadamente e não serão aceitos impressos na mesma folha (frente e verso). O Sintrajud precisa dos originais, de modo que é necessário encaminhá-los pelo correio ou entregá-los pessoalmente. Os demais documentos podem ser enviados por *email*.

REENQUADRAMENTO

Novos filiados também podem participar da ação

Sintrajud cobra passivo trabalhista para quem tomou posse na Justiça Federal e no TRF-3 até 2012

Os servidores da Justiça Federal e do TRF-3 que ingressaram até 2012 e se filiarem ao Sintrajud ainda podem fazer parte da ação que o Sindicato está movendo para cobrar o pagamento dos passivos do reenquadramento. É importante lembrar que o Sindicato não cobra honorários dos seus filiados.

O advogado César Lignelli, o departamento jurídico do Sindicato defende a tese de que os novos filiados também têm direito a receber o passivo trabalhista. A ação aguarda julgamento na primeira instância.

Dívida já foi reconhecida

A correção do reenquadramento foi conquistada pela categoria em outubro de 2013, após intensa mobi-

lização da Fenajufe, do Sintrajud e de outros sindicatos, beneficiando quase 40% dos servidores ativos.

A Portaria Conjunta nº 4, de 8 de outubro de 2013, corrigiu a distorção provocada pela Lei Federal 12.744/2012, que diminuiu a tabela salarial de 15 para 13 padrões. Com a portaria, os servidores voltaram a ser enquadrados na classe e no padrão em que estavam antes da nova tabela, em vez de serem rebaixados em dois padrões salariais.

As entidades sindicais exigiram não apenas a imediata incorporação da diferença salarial como também o pagamento imediato dos valores que deixaram de ser recebidos pelos servidores durante os dez meses (janeiro a outubro de 2013) em que vigo-

rou o enquadramento rebaixado. O rebaixamento não atingiu servidores em final de carreira, que não têm valores a receber.

Os servidores das Justiças Eleitoral, Militar e Trabalhista já receberam esses valores, mas na Justiça Federal e no TRF-3 muitos ainda aguardam a quitação do passivo. No ano passado, o Conselho da Justiça Federal (CJF) alegou falta de recursos e limitou o pagamento a quem tinha passivo de até R\$ 5 mil.

Dirigentes sindicais da categoria fizeram diversas reuniões no CJF para cobrar a quitação integral. Apesar de reconhecer a dívida, a Justiça Federal continua a protelar o pagamento. Diante da indefinição, o Sintrajud decidiu entrar com ação judicial.

Outros benefícios

Além de poder fazer parte dessa ação, o servidor que se filiar ao Sintrajud recebe assistência jurídica do Sindicato para outras questões envolvendo seus direitos trabalhistas.

O Sintrajud financia a mobilização da categoria em suas lutas salariais e por melhores condições de trabalho.

A entidade também oferece assistência psicológica, com palestras sobre assédio moral e atendimentos individuais.

Entre outros benefícios, os filiados ainda obtêm descontos em diversos estabelecimentos comerciais e entidades educacionais, de cultura e lazer, conveniadas com o Sindicato.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Jorge Henrique Jacyntho Aristóteles, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Romeu Egidio Natal Meirelles, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Editora: Edna Pinson | Jornalistas: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 12.500 exemplares



Mobilização nacional será dia 25

Servidores vão promover atos, assembleias e paralisações por reajuste salarial; SP terá atos nos locais de trabalho

A primeira manifestação nacional dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União em 2016 será no dia 25 de fevereiro. A intenção é promover atos, assembleias, paralisações. A data foi definida pela direção da Fenajufe.

Em São Paulo, haverá atos de protesto nos locais de trabalho.

Com perdas salariais acumuladas há quase dez anos, os servidores querem demonstrar a insatisfação com o quadro de indefinição do projeto salarial e com as sucessivas demonstrações do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, de que ele só se mobiliza pelos magistrados.

Os servidores lutam para inserir no projeto salarial que tramita na Câmara dos Deputados as reivindicações aprovadas em seus fóruns sindicais: não utilização do passivo dos 13,23% para integralizar o reajuste, redução do prazo de implantação e desvinculação do aumento dos cargos de confiança (CJ) da proposta.

O PL 2648/2015 está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, onde chegou no dia 22 de de-

zembro, após ser aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Não teve movimentação desde o início do recesso parlamentar, em dezembro.

Plantão em Brasília

Coordenadores da Fenajufe têm feito plantão em Brasília na busca de apoio dos líderes para votação do projeto em regime de urgência, com as melhorias reivindicadas pelos servidores.

O relator do projeto, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), recebeu dirigentes da Fenajufe no dia 2 de fevereiro. Martins disse que considera justas as melhorias reclamadas pela categoria.

Além da intensa atuação na Câmara, a Comissão de Negociação da Fenajufe tem se reunido com presidentes e diretores dos tribunais superiores.

Os servidores Adilson Rodrigues (JF-Santos), Tarcisio Ferreira (JT-Barra Funda) e Antonio Melquiades (TRF-3) têm participado dessas reuniões.



Adilson Rodrigues (dir.), da Fenajufe; Eugênia Lacerda, do Sindjus-DF e da Federação, com Levenhagen (centro)

Auxílio-alimentação sobe 10,6%, para R\$ 884

Portaria Conjunta dos tribunais superiores, editada no dia 18, reajustou os valores do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar (auxílio-creche) em 10,6%, para R\$ 884 e R\$ 699, respectivamente.

A Portaria condiciona o pagamento do reajuste à disponibi-

dade de verbas e não menciona retroatividade.

O último reajuste nos benefícios havia sido concedido em 19 de março do ano passado, retroativo a 1º de janeiro.

Nesses últimos 13 meses, a inflação acumulada chega a 13,46% pelo IGV-Dieese.

Assembleia estadual elege delegados para 9º Congrejufe

Dia 5 de março, sábado, 14h30, acontece assembleia estadual, que elegerá os delegados de São Paulo ao 9º Congrejufe. O evento acontecerá no Hotel Dan Inn Planalto, sala República, Rua Cásper Líbero, 115, Centro, próximo à Igreja Santa Ifigênia, São Paulo/SP.

Em sua nona edição, o Congrejufe será realizado entre os dias 27 de abril e 1º de maio, em Florianópolis (SC). O evento que acontece a cada três anos é um dos mais importantes da categoria. É neste fórum que será definida a direção da federação nacional, que terá o desafio de levar a luta da categoria adiante nos próximos anos.

“O Congrejufe é muito importante: deve organizar os servidores

para as lutas contra os ataques que virão no próximo período e pela reposição salarial”, afirmou Inês Leal, coordenadora da Fenajufe e diretora do Sintrajud.

A Fenajufe representa todos os 31 sindicatos de servidores do Judiciário Federal e do MPU do país, por isso, é a federação que nos representa nas negociações junto ao Governo e STF. Para manter a maior representatividade e garantir a participação de servidores de todo o país, as eleições para a direção da federação, que acontece durante o Congrejufe, são proporcionais, ou seja, as chapas que se apresentam no congresso ocupam as vagas de acordo com o número de votos obtidos.

Aqui em São Paulo temos direito a

51 delegados. Por isso, a direção do Sintrajud quer garantir uma grande assembleia, para eleger delegados comprometidos com a luta dos trabalhadores do Judiciário Federal e MPU. Isso será determinante para a vitória das próximas campanhas. Qualquer servidor associado ao Sintrajud pode se candidatar. A eleição das chapas na assembleia também é proporcional.

Para mais informações sobre o Congrejufe, acesse o site: <http://www.fenajufe.org.br/>

44º Conselho de Base

Antes da assembleia, pela manhã, será realizado o 44º Conselho de Base, às 10h, no mesmo local. Além do debate sobre conjuntura

nacional, acontecerá a solenidade de posse da nova diretoria de base e representantes dos Aposentados no Conselho.

O Conselho de Base é uma instância deliberativa do Sintrajud, onde são aprovadas as propostas da categoria a serem encaminhadas pelo Sindicato.

Data: 5 de março
Horário: 14h30
Local: Hotel Dan Inn Planalto
(Sala República)
Rua Cásper Líbero, 115
Centro - São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO SINTRAJUD/SP

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD/SP, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 38), faz saber que realizará ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no próximo dia 05 de março, a ser instalada às 14h30, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número. O evento acontecerá no Hotel Dan Inn Planalto, sala República, Rua Cásper Líbero, 115, Centro, próximo à Igreja Santa Ifigênia, São Paulo/SP. PAUTA: 1. Informes; 2. Apresentação das chapas e propostas para o 9º CONGREJUFUFE - Congresso Nacional da Fenajufe; que acontecerá entre os dias 27 de abril a 1º de maio de 2016, na cidade Florianópolis/ Santa Catarina; 3. Eleição dos(as) delegados(as) do SINTRAJUD ao 9º CONGREJUFUFE – Congresso Nacional da Fenajufe, que acontecerá entre os dias 27 de abril a 1º de maio de 2016, na cidade Florianópolis/ Santa Catarina; 4. Outros assuntos de interesse da categoria. São Paulo, 17 de fevereiro de 2016 - Inês Leal de Castro - Antonio dos Anjos Melquiades - Maurício Rezzani - COORDENADORES GERAIS DO SINTRAJUD

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 44ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus Coordenadores Gerais, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme parágrafo 1º do artigo 25), faz saber que fará realizar a 44ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 05 de março do ano corrente, a partir das 10 horas, em primeira convocação. O evento acontecerá no Hotel Dan Inn Planalto, sala República, Rua Cásper Líbero, 115, Centro, próximo à Igreja Santa Ifigênia, São Paulo/SP. PAUTA: 1. Solenidade de Posse da Nova Diretoria de Base e representantes dos Aposentados ao Conselho de Base do SINTRAJUD; 2. Debate Análise de Conjuntura; 3. Informes; 4. E, outros assuntos de interesse da categoria. A 44ª Reunião do Conselho de Base será aberta para todos os associados, com direito a voz, competindo apenas a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto. Para que os eventos do sindicato sejam realizados com empenho e organização, pedimos aos Diretores de Base e associados, que confirmem a presença até o dia 02 de março de 2016 no Departamento de Atendimento, com as funcionárias Luci e Ediana – tel (11) 3222-5833 ramal: 6/ou por e-mail: sociocultural@sintrajud.org.br para viabilizarmos o transporte, hospedagem e toda estrutura necessária para o evento. Caso necessite de monitoria, apontar na ficha de inscrição! São Paulo, 17 de fevereiro de 2016 - Inês Leal de Castro - Antonio dos Anjos Melquiades - Maurício Rezzani - COORDENADORES GERAIS DO SINTRAJUD